

6 — A comissão organizadora inicia de imediato as suas actividades, que deverão estar concluídas até ao último dia do mês de Março de 2008.»

2 — É aditado ao mesmo despacho um novo n.º 7, com a seguinte redacção:

«7 — Os encargos respeitantes às remunerações da representante da Comissão Nacional da UNESCO, designada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como os relativos às remunerações das representantes do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, são assumidos por cada um dos respectivos departamentos ministeriais.»

21 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 8361/2007

Considerando que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, foi concedida a Maria de Fátima de Aguiar Monteiro licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau;

Considerando que a mesma, nos termos do artigo 1.º daquele diploma legal, solicitou a sua renovação;

Determino, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de Abril, que seja renovada a licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau concedida a Maria de Fátima de Aguiar Monteiro, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

11 de Abril de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

#### Despacho n.º 8362/2007

1 — Nos termos dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e ainda tendo presente o artigo 11.º da Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, bem como o artigo 2.º da Lei Orgânica do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 19/2007, de 29 de Março, delego no director-geral do GPEARI, sem prejuízo de avocação, as competências que me estão legalmente conferidas para a prática dos seguintes actos:

a) Negociar a concessão de empréstimos e a realização de outras operações financeiras no âmbito da cooperação bilateral e renegociar as condições contratuais de empréstimos anteriores, no mesmo âmbito;

b) Aprovar projectos decorrentes de acordos celebrados no âmbito da cooperação financeira internacional;

c) Aprovar projectos e respectivos financiamentos, decorrentes de acordos de cooperação e assistência técnica celebrados pelo MFAP com as instituições financeiras internacionais e os países lusófonos africanos;

d) Aprovar as minutas dos contratos de empréstimos, dos contratos de cessão de créditos, de reescalonamento de dívidas e de doações a celebrar no âmbito da cooperação internacional, cujas condições se encontrem aprovadas por despacho ministerial, sendo caso disso, bem como a outorga nos mesmos em nome e representação do estado Português;

e) Assegurar a emissão de votos no âmbito do conselho de governadores das instituições financeiras e internacionais de que Portugal é membro, salvo quanto à deliberação dos aumentos de recursos que

impliquem alteração da quota de Portugal naquelas instituições financeiras internacionais ou quando estejam em causa situações eventualmente conflituosas, sob qualquer forma, com a posição de Portugal na comunidade internacional;

f) Autorizar pagamentos decorrentes da execução de contratos, acordos e outros compromissos assumidos pelo Estado e em vigor, no âmbito da cooperação bilateral e multilateral;

g) Autorizar a transferência de verbas nos orçamentos do GPEARI dentro do agrupamento económico «04.00.00 — Transferência correntes» inscrito no cap. 60 do orçamento do MFAP;

h) Autorizar os funcionários a exercer, em regime de acumulação, funções públicas, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro;

i) Conceder aos funcionários licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, bem como autorizar o respectivo regresso à actividade, de acordo com o disposto nos artigos 76.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

j) Autorizar a inscrição e participação em cursos de formação, estágios, congressos, seminários, colóquios ou outros eventos semelhantes, que ocorram fora do território nacional, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 371/99, de 31 de Dezembro;

k) Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

l) Autorizar, ao abrigo do previsto nos artigos 17.º e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a realização de despesas públicas:

i) Com locação e aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 375 000;

ii) Devidamente discriminadas e incluídas em planos de actividades que sejam objecto de aprovação tutelar, até ao limite de € 750 000;

iii) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 1 250 000.

2 — Autorizo a subdelegação nos subdirectores-gerais das competências por mim agora delegadas.

3 — O presente despacho produz efeitos desde o dia 2 de Abril de 2007 ficando, desta forma, ratificados todos os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados pelo director-geral do GPEARI.

11 de Abril de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

#### Despacho n.º 8363/2007

O funcionário José Luís de Oliveira Andrade, pertencente ao quadro de pessoal não docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 25 de Maio de 2001, requereu o regresso à actividade ao abrigo do disposto no artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

Verificando-se a inexistência de lugar vago no quadro de pessoal não docente daquele serviço, importaria afectar o referido funcionário ao quadro de pessoal transitório criado junto da Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, e do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro.

Todavia, na pendência do processo de afectação, entrou em vigor a Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, que procedeu à revogação dos citados diplomas. Face, porém, ao disposto na primeira parte do n.º 2 do artigo 12.º do Código Civil, tal início de vigência não contendrá com factos ocorridos antes de tal data, como sejam o início e decurso do processo de afectação, que continuarão a ser regidos, bem como os respectivos efeitos, pela lei em vigor àquela data.

Tal não deve obstar a que o conteúdo da relação jurídica decorrente da afectação ao quadro transitório da DGAP se passe a reger, até por maioria de razão face ao disposto na segunda parte do citado preceito do Código Civil, pela Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, conforme consta do n.º 1 do seu artigo 47.º

Assim, considerando o disposto no n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro, e no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, e de harmonia com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — O funcionário José Luís de Oliveira Andrade é afecto à DGAP na seguinte situação jurídico-funcional:

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escala	Índice
José Luís de Oliveira Andrade .....	Nomeação .....	Operário qualificado .....	Operário .....	2	151